Vários Concelhos

Tribunais reabrem com serviços mínimos

Um ano após o anúncio da Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, foram reabertos cinco tribunais no território da CIM-Douro. Contudo, em Mesão Frio, Murça, Sabrosa, Armamar e Tabuaço reivindicam-se mais competências e serviços nestas estruturas.

Encerrados durante o anterior governo, vários tribunais têm sido agora reabertos como "Juízos de Proximidade", uma situação que deixa a ministra satisfeita, em especial por marcar uma "presença simbólica" do estado nas regiões do interior.

"Tomámos esta decisão numa lógica de não abandonar o interior à sua sorte. Os cidadãos do interior são tão cidadãos do país como todos os outros cidadãos e as lógicas da igualdade e da cidadania plena efetivaram-se com esta medida", sustenta a governante em entrevista à Agência Lusa.

Satisfeitos também com esta reabertura mostram-se os utentes e os empresários destas vilas, a quem o encerramento dos tribunais obrigou a uma mudança de hábitos e um gasto extra já que muitas vezes tinham que se deslocar ao tribunal mais próximo recorrendo a transportes públicos ou obrigando-os a deslocações de dezenas de quilómetros.

Os autarcas, de uma forma geral, mostram-se agradados com esta decisão do governo de António Costa, no entanto reivindicam mais competências para estes tribunais de forma a serem equiparados ao serviço antes existente. ▪

ARMAMAR

O que significa, para o seu concelho, a reabertura do tribunal?

A reabertura do Tribunal de Armamar, significa sobretudo a restituição de um serviço de proximidade ás populações de um concelho do interior do país, que assiste infelizmente ao encerramento e ao esvaziamento constante, de serviços da responsabilidade do Governo Central.

Para um concelho, que é servido por uma rede de transportes públicos insuficiente para as necessidades da sua população, é importante que as pessoas não tenham que se deslocar e terem de despender dos seus já limitados recursos, para terem acesso a um serviço que se pretende universal, como é o acesso á justiça.

Comparativamente aos serviços que o tribunal tinha antes de encerrar, sente que os mesmos foram mantidos, melhorados ou diminuídos?

Foram com certeza diminuídos, a quando do encerramento do Tribunal da Comarca de Armamar, este era um Tribunal de competência genérica, onde se praticavam todos os atos respeitantes a processos judiciais, nas diversas áreas (cível, crime, família, etc..) hoje em dia passou a ser uma Secção de Proximidade que pratica apenas alguns atos.

MESÃO FRIO

O que significa, para o seu concelho, a reabertura do tribunal?

Esta reabertura significa muito para o nosso concelho e para o nosso território. Primeiro foi o devolver a Mesão Frio o símbolo da justiça, um símbolo que tínhamos há centenas de anos e que perdemos com o Governo anterior. Este atual governo, e bem a meu ver, devolveu-nos esse símbolo.

Se alguma dúvida houvesse do mal que foi feito aos territórios interiores com esta retirada de serviços públicos, estamos agora a verificar que todas as instituições se estão agora a preocupar com esse esvaziamento no interior do país.

Comparativamente aos serviços que o tribunal tinha antes de encerrar, sente que os mesmos foram mantidos, melhorados ou diminuídos?

Aqui devo fazer duas comparações. Uma com a situação em que estávamos há um ano atrás e essa é sem dúvida melhor pois o serviço está agora de portas abertas, conseguindo evitar que os nossos munícipes tenham que fazer dezenas de quilómetros para tratarem alguns dos seus assuntos na justiça. Outra comparação, é com o serviço que existia antes de encerrar e aí devo dizer que não estamos ainda satisfeitos. Acreditamos que este é ainda um período de transição entre o fecho e a reabertura, e que esta ministra está atenta a essa situação para que no futuro possa atribuir mais valências a este tribunal.

SABROSA

O que significa, para o seu concelho, a reabertura do tribunal?

A reabertura do tribunal em Sabrosa é, sem dúvida, uma mais-valia para o município, desde logo porque as pessoas já não serão obrigadas a deslocar-se a Vila Real para tratar alguns assuntos neste serviço. Depois, porque toda a gente que lá trabalhava e que lá tinha de ir por causa dos seus processos agora já não vem e isso notou-se no nosso comércio, em especial na restauração, falamos de uma média de 20 a 30 pessoas por dia, que numa realidade destas faz toda a diferença.

Felizmente este é um sinal que o processo se pode estar a inverter, depois do encerramento de vários serviços em concelhos do interior, quem decide parece ter percebido agora que se queremos realmente fixar pessoas no interior e dar-lhes uma boa qualidade de vida não lhes podemos retirar bens e serviços que são essenciais.

Comparativamente aos serviços que o tribunal tinha antes de encerrar, sente que os mesmos foram mantidos, melhorados ou diminuídos?

Infelizmente perdemos várias valências neste período em que o tribunal esteve encerrado, nota-se que a dinâmica não é a mesma, e isso é um fator negativo para nós.

Ao tornar-se agora uma Secção de Proximidade, que pratica apenas alguns atos, vemos a sua função diminuída mas sempre estamos melhor do que o encerramento total a que foi obrigado.

TABUAÇO

O que significa, para o seu concelho, a reabertura do tribunal?

Atendendo ao facto de que o Tribunal se encontrava fechado desde a reforma do mapa judiciário foi extremamente importante a sua reabertura. Gostaríamos que a decisão tivesse significado uma completa reversão ao que tinha sido decidido mas temos que convir que a actual secção de proximidade garante uma série de serviços e valências que tinham deixado de existir com o encerramento o que melhora claramente a qualidade de vida dos nossos munícipes.

Comparativamente aos serviços que o tribunal tinha antes de encerrar, sente que os mesmos foram mantidos, melhorados ou diminuídos?

Diminuídos porque Tabuaço era uma comarca na sua plenitude, apesar de partilhar os magistrados com a comarca de Armamar, e neste momento existe apenas uma secção de proximidade. Gostaríamos de nos ver ser devolvido o direito consagrado às nossas populações de há séculos a esta parte. Consideramos que a reabertura foi um passo importante mas entendemos que é ainda insuficiente. Necessitamos de trazer novamente a justiça para as nossas populações e não o inverso, como agora acontece, em que têm que ser as pessoas a deslocar-se para que isso aconteça. E não deixaremos de, juntos das entidades competentes, tentar fazer valer esta nossa posição contando com a abertura e disponibilidade que tem, até hoje, sido manifestada pelo Ministério da Justiça.